

Decisões governamentais da Informática brasileira através da Imprensa: o caso do Jornal do Brasil e do DataNews¹

Marcelo VIANNA²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Laboratório de História Comparada do Cone Sul/CNPq

Resumo

Discutir a História da Informática do Brasil através das fontes jornalísticas exige perceber que as notícias por elas vinculadas se situam em uma zona de intersecção entre o campo jornalísticos e o da Informática. Como cada espaço social possui suas especificidades e suas regras, elas experimentavam processos distintos dentro do regime autoritário dos anos 1970, o que pôde certamente influenciar nas formas de divulgação e repercussão sobre a Informática na sociedade brasileira. Assim, nossa intenção é apontar algumas características dessa zona de convergência/divergência que envolveu a atuação da Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE) e a divulgação de suas ações pela Imprensa a partir de dois periódicos de perfis distintos: o Jornal do Brasil e o DataNews.

Palavras-chave: Mídia Impressa; Política de Informática; Imprensa especializada; Grande Imprensa

Introdução

Informática e Jornalismo respondem a regras distintas em seus campos, nem sempre compatíveis entre si, mas que encontram através das notícias sobre Informática uma interessante zona de intersecção no qual podem ser úteis ao pesquisador e contribuir para superar uma concepção ingênua das fontes (CAPELATO, 1994, ROMANCINI, 2005). Por cada espaço social possuir suas especificidades, elas experimentavam processos distintos dentro do regime autoritário dos anos 1970, o que pôde certamente influenciar nas formas de divulgação e repercussão sobre a Informática no país.³ Assim, nossa intenção é apontar algumas características dessa zona de convergência/divergência que envolveu a atuação da Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE) a partir de dois periódicos de perfis distintos: o Jornal do Brasil (JB) e o DataNews.

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia.

² Doutor em História PUCRS – email: maverian1@gmail.com / marcelo.vianna@osorio.ifrs.edu.br

³ Assumimos as contribuições de Pierre Bourdieu para discutir os campos jornalísticos e da Informática (BOURDIEU, 1997; 2003; CHAMPAGNE, 2010; MARCHETTI, 2010), levando-se em conta suas regras de operação desses espaços sociais que orientam os agentes, instituições e ideias/práticas neles envolvidos. Observamos o caráter heterônimo do campo jornalístico, permeável às influências políticas e econômicas, e seu papel na organização dos demais espaços sociais.

O Brasil experimentou um processo de informatização a partir do final dos anos 1950, com a instalação dos primeiros CPDs. Se isso não significou transformar as pessoas em potenciais usuários diretos dos computadores, apontou a incorporação das práticas e teorias computacionais aliadas aos próprios artefatos (computadores e periféricos) no cotidiano das organizações privadas e públicas. Essa expansão levaria o governo a promover medidas de racionalização com a criação da CAPRE em 1972 e a buscar iniciativas para conceber o domínio das tecnologias computacionais no país a partir do GTE/FUNTEC-111 em 1971, Digibrás e COBRA Computadores em 1974.

Levando-se em conta a participação do Estado no campo da Informática, é importante notar que os estudos apontam o papel primordial da CAPRE na construção da Política Nacional de Informática (PNI) e o surgimento de uma indústria nativa de computadores e periféricos (TIGRE, 1978; EVANS, 1986; ADLER, 1987; DANTAS, 1988, MARQUES, 2012, VIANNA, 2016). Isso porque, com a deterioração da Balança de Pagamentos em 1975, obrigando o Estado a restringir importações em áreas consideradas sensíveis, a CAPRE acabou incumbida de exercer o controle sobre importação de equipamentos de Processamento de Dados, o que gerou uma formidável chance para implantar tal iniciativa. Em suas atividades, a CAPRE havia analisado 6.626 processos de importação de equipamentos (entre 1976 e 1978), emitido 499 milhões de dólares em autorização de guias de importação, analisado 142 projetos de fabricação e contribuído para gerar 5.020 empregos gerados no setor. A indústria nacional fomentada por suas ações movimentou 190 milhões de dólares em vendas em fins de 1979, próximo a 23% do mercado de Informática no país.⁴

Isso exigiu por parte da CAPRE uma série de decisões tecnopolíticas⁵, reconhecendo que seus burocratas não apenas aplicavam suas altas *expertises* obtidas em centros de excelência, para análise de projetos ou práticas de racionalização dos sistemas a serem instalados em CPDs. Eles eram indivíduos que colocavam em cheque os valores políticos e tecnológicos vigentes, buscando propor um projeto de autonomia tecnológica no país. Esses nacionalistas tecnológicos seriam conhecidos como “barbudinhos”, “técnicos nacionalistas

⁴ Informações disponíveis em Relatório de Atividades da CAPRE (1979), Boletim Informativo da Secretaria Especial de Informática (Abril 1986) e MARQUES, 2012.

⁵ Gabrielle Hecht percebe uma relação entre a política e os especialistas em tecnologia na constituição de políticas de Estado. De certo modo, não parece factível propor uma política tecnológica sem levar em conta os limites e possibilidades que a tecnologia estabelece (materialidade da tecnologia define a materialidade da política na área). Da mesma forma, como o projeto nuclear francês demonstrou, havia uma preocupação política por trás das escolhas das tecnologias, tais como a retomada o poder da França no cenário mundial e garantir ao povo participação da modernização da Nação. (HECHT, 2001).

frustrados”, “guerrilhas ideológicas” (EVANS, 1986; ADLER, 1987; DANTAS, 1988) e alguns deles, a partir da ocupação de órgãos governamentais – em especial, a CAPRE – foram capazes de articular uma poderosa rede no campo da Informática brasileira, mobilizando (e, por vezes, entrando em atrito) com a comunidade técnico-científica, tecnocratas, empresários e militares, promovendo o ambiente propício para o desenvolvimento da indústria nacional de Informática.

A Imprensa

A grande questão é perceber que boa parte dessas decisões, poderia ficar restrita aos agentes do campo da Informática, sem que houvesse a circulação e interesse público sobre as informações destas decisões. Mas elas encontravam na Imprensa o seu comentador “crítico”. Conforme o posicionamento político dos jornais, suas características técnicas e a quem se dirigiam (público leitor), as decisões tecnopolíticas da CAPRE que estavam em discussão por uma tecnocracia “inserida” no Estado poderiam ser apresentadas de diferentes formas.

	Grandes jornais	Imprensa especializada
Público-alvo	Público em geral	Agentes do campo da Informática e simpatizantes
Circulação	Alta	Baixa
Características técnicas/comerciais	Formato clássico; diário Venda em bancas e por assinaturas	Tabloide; quinzenal (DataNews) Revista; bimestral (Dados e Ideias) Por assinaturas
Cobertura decisões CAPRE	Tratado como assunto de Economia – apenas as principais; - Repercuta ações dos agentes envolvidos, como foco na polêmica (conflito, contradição da PNI)	Todas, destacando as principais; - Repercuta ações dos agentes envolvidos, com maior espaço à comunidade técnico-científica – foco na construção da PNI
Outros temas Informática	Economia Cultura – aspectos sociais da Informática; Educação – formação	Sessões e números especiais a um determinado tema (banco de dados e sigilo, recursos humanos, bureaux de serviços...)
Eventos da área	Cobertura modesta, destacando fala autoridades, polêmicas no campo	Ampla cobertura, apresentação de debates (caso do CNPD e SECOMU)
Posicionamento	“Neutro”; liberal	Identificada com a autonomia tecnológica, nacionalista
Percepção profissional	Aprendizagem, profissionalismo	“Chance de fazer verdadeiro jornalismo”

Tabela 1 – Sugestão de quadro comparativo entre periódicos que abordaram Informática (Grandes jornais: Jornal do Brasil, O Globo, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo; Imprensa especializada: DataNews, Dados e Ideias).

Elas remontam as transformações do campo jornalístico nos anos 1960 e 1970. Houve um forte processo de concentração, que resultou no fechamento ou incorporação de antigos diários, somados a outros processos, como a especialização jornalística (exigência do diploma de Jornalismo) e a incorporação de novos procedimentos técnicos e administrativos

na produção jornalística. O surgimento do jornalismo econômico na Grande Imprensa e a aparição de publicações especializadas em Informática também pode ser visto como decorrências desse processo.

Informática na Grande Imprensa – JB

O jornalismo econômico foi um dos efeitos desse processo de organização do campo jornalístico, corroborado pela restrição do debate político (BARBOSA, 2010, p. 199), reforçado pela Censura e pelo “Milagre Econômico” (1968-1973). Espaço de prestígio jornalístico, para os militares se tornou um “espaço de menor risco, já que se dirigiam a um público específico e que os dados econômicos eram fornecidos por agências oficiais” (ABREU, 2002, p.22). No entanto, as páginas de Economia se tornaram um lugar de críticas do empresariado contra o Regime Militar, a partir das dificuldades do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1976, com a revisão de metas ambiciosas, retiradas de investimentos e a ascensão de novas medidas restritivas a importações por parte do governo Geisel (HERRLEIN Jr., 2013). Aliados do processo decisório pelas iniciativas de Geisel em centralizar decisões em órgãos burocráticos como o Conselho de Desenvolvimento Econômico, os empresários externavam seu descontentamento ao chamado “estatismo”, declarando a democracia e o liberalismo como ambientes ideais para o desenvolvimento do país – como o chamado “Documento dos Oito” assinado pelas principais lideranças empresariais do país, vinculado pela Imprensa em junho de 1978 (BIANCHI, 2001, p.127).

A inserção do tema Informática na Grande Imprensa pareceu se concentrar nas páginas de Economia.⁶ Isso não significava desinteresse ou desprestígio do tema – matérias importantes foram produzidas debatendo questões tecnológicas, treinamento, impacto social e produtivo. A hipótese para essa abordagem estava na própria concepção de inserção do computador aos processos produtivos, uma visão persistente desde a implantação dos primeiros sistemas no país. A própria visão governamental – seja pelo anúncio de medidas de racionalização, seja pelas pretensões em criar uma indústria nativa de computadores – trazia o componente “desenvolvimento econômico”.

O JB enquadra-se nesse processo. Um dos mais tradicionais e influentes nos anos 1970, o periódico havia experimentado grande modernização administrativa e jornalística na

⁶ Havia exceções como a coluna “Processamento de Dados” entre 1968 e 1969 escrita pelo jornalista Pedro Augusto Pinho no jornal O Globo.

década de 1950 e colhia o benefício – junto com O Globo e O Dia – em ver aumentar seu número de leitores, graças à habilidade frente à crise que eliminou boa parte dos periódicos cariocas nos anos 1960. No entanto, JB apresentava também sinais de decadência: não havia modernizado seu parque gráfico, tampouco contava com recursos financeiros de outros meios de comunicação, como seu concorrente O Globo dispunha (BARBOSA, 2010). Ainda assim, era considerado uma “escola de Jornalismo” e conservadora ao ponto de aderir ao Regime Militar, convivido com a censura e principalmente, a prática da autocensura (SMITH, 2000).

A partir do governo Geisel, o JB passou a reivindicar a liberdade de Imprensa para aderir às críticas sobre o intervencionismo, a corrupção estatal e a falta de Democracia em suas matérias de Economia e Política. Temas considerados até então sensíveis como migração urbana, concentração industrial e inflação ganharam espaço, acompanhados por análises intensivas sobre setores produtivos contemplados pelo II PND e entrevistas com autoridades, entre elas críticos do próprio modelo econômico adotado.⁷ Em linhas gerais, a abordagem que tomaria sobre a Informática no país, incluindo as ações da CAPRE a partir de 1976, não seria distinta da sua perspectiva liberal sobre outros temas, atacando o dirigismo estatal e exigindo a volta da Democracia para o país.

A imprensa especializada em Informática – DataNews

Outra dimensão desse processo de modernização do campo jornalístico envolveu o fortalecimento das publicações especializadas, sendo que a aproximação um pouco tardia dos dois processos (Jornalismo e Informática) trouxe o surgimento de periódicos em Informática no Brasil. As mais expressivas eram focadas na propaganda de seus equipamentos através de notícias e artigos técnicos, como os informativos da IBM (“Notícias Brasileiras” – 1966) e Burroughs (“Eletronica” – 1964), enquanto a Revista Brasileira de Processamento de Dados (1971) atendia aos associados da SUCESU com uma cobertura de acontecimentos e novidades técnicas disponíveis no mercado nacional. Mesmo a CAPRE procurou criar seu periódico, o Boletim Informativo, que antes de ser descontinuado por restrições orçamentárias em 1977, atingiu tiragem de 6000 exemplares e era distribuído em todos os

⁷ Entre eles, Delfim Netto. Importante observar que o JB mantinha um caderno especial – Revista Econômica - no qual contava inicialmente com apoio da APEC (vide caderno de 1970), o que conferia um caráter liberal e um tanto propagandístico na abordagem. A partir de 1974 pareceu tomar um rumo mais independente, onde jornalistas como Gerson Toller Gomes e Ivan Leão puderam iniciar uma abordagem mais complexa da Economia, abrindo espaços para Florestan Fernandes, Fernando H. Cardoso e Werner Baer em contraponto a falas de Hélio Beltrão, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen (vide caderno de 15.04.1974). Não deve desconsiderar assim o caráter ambivalente da publicação.

CPDs do país. Enfim, objetivando um público mais amplo do campo da Informática nacional, surgiram Dados e Ideias (1975)⁸ e DataNews (1976), sendo vendidos através de assinaturas.

O jornal DataNews nasceu a partir de um projeto pessoal do jornalista francês Eric Hippeau em 1975. Radicado no Rio de Janeiro, ele percebeu que havia um nicho a explorar com expansão da Informática no país e com o apoio de Fernando Gasparian (editor de Opinião), chegou a editar oito números. Porém, a publicação só se viabilizou financeiramente com a associação ao grupo norte-americano IDG, controladora do periódico Computerworld, assumindo um formato jornal tabloide, com circulação quinzenal. O foco desejado para a publicação - questões técnicas de Informática – foi sobrepujado pela mobilização de alguns jornalistas engajados. Liderados por Gilda Furiatti, o DataNews assumiu uma postura mais crítica e política dos acontecimentos da Informática nacional, com posicionamento próximo aos defendidos pelos nacionalistas tecnológicos. DataNews formou uma geração de jornalistas e colaboradores, como Gilda Furiatti, Vera Dantas, Silvia Helena, Ney Krueel, Claudiney Santos, que se destacariam no jornalismo em Informática nos anos 1980.

Isso significou uma importante luta para valorizar o jornalismo especializado, o que exigiu superar as críticas do jornalismo tradicional (MARCHETTI, 2010) sobre uma possível submissão do novo jornalista ao poder dos especialistas e suas *expertises* em uma área técnica, transformando-o em mero porta-voz de suas ideias. Da mesma forma, essa luta envolvia uma questão de gênero – a ascensão das mulheres no campo jornalístico, as quais buscavam reivindicar espaços sociais a serem cobertos pela Imprensa notoriamente demarcados por “antigos” e “homens” (como esportes e política, reflexos da própria dominação do *habitus* masculino no campo jornalístico). Essa dicotomia não era colocada em termos de gênero, mas jornalísticos – *hard* e *soft news* – as quais por força da construção social do *habitus*, remetem tanto uma distinção de gênero quanto de status dos temas abordados pela Imprensa (MELIN, 2008).

Por esta lógica, é possível pensar que jovens jornalistas no DataNews tiveram a oportunidade de reverterem uma situação de desprestígio no campo jornalístico ao reafirmarem sua identidade profissional (e também de gênero) através do “verdadeiro

⁸ Dados e Ideias era uma revista ligada ao SERPRO. Foi concebida por Mário Dias Ripper, um dos protagonistas do nacionalismo tecnológico e funcionou como porta-voz dessas ideias, transformando-se em uma publicação com importante repercussão nos meios técnicos e políticos e que pela primeira vez, explorava o grande público (VIANNA, 2013).

jornalismo”. O surgimento de uma geração de “meninas da Informática”⁹ a participarem das redações nos anos 1980 ainda é um elemento a explorar neste processo, mas tem suas raízes no DataNews dos anos 1970. A linha de DataNews também foi beneficiada pela identificação com processo de abertura política promovida pelo governo Geisel, com críticas ao autoritarismo vigente (e em alguns casos, identificação ou militância na esquerda política) e por leituras críticas sobre o papel da tecnologia na sociedade.

Coberturas

Embora a cobertura envolvendo Informática seja significativa nos periódicos, é possível trazer episódios significativos que contemplem as diferentes perspectivas entre periódicos da Grande Imprensa e as publicações especializadas. Deste modo, podemos comparar as coberturas do JB e do DataNews sobre a concorrência dos minicomputadores (1977-1978) e a questão dos computadores de porte médio (1978-1979). Isto porque seriam processos fundamentais para organização do campo da Informática brasileira.

A primeira, a concorrência para minicomputadores, foi instituída a partir de uma longa trajetória de lutas capitaneadas pelos nacionalistas tecnológicos a fim de refrear os avanços da IBM e seu minicomputador “Sistema 32” no campo da Informática no país em 1976. Ela definiu as origens do “núcleo” da indústria nativa de computadores a partir de decisões tecnopolíticas tomadas pelos ocupantes do Conselho Plenário da CAPRE.¹⁰ A decisão de 20.12.1977, que definiu a escolha de três fabricantes nacionais (SID, EDISA, Labo) para produção de minicomputadores e o veto a outros projetos (incluindo o da IBM), foi o ápice da cobertura jornalística desse processo, que pela primeira vez pareceu atrair a Grande Imprensa para o acompanhamento frequente da questão da Informática no país.

Por sua vez, a questão dos médios em 1978 marcou as dificuldades da CAPRE em conduzir a PNI. Quando a IBM e outras multinacionais submeteram à CAPRE projetos de novos computadores que não se enquadravam na faixa de minicomputadores, evidenciou-se a dificuldade em delimitar uma fronteira tecnológica entre computadores de médio porte (oferecidos pelas multinacionais) e os minicomputadores a serem oferecidos pela nascente

⁹ Como ficaram conhecidas as jornalistas atuantes no campo da Informática brasileira entre o final dos anos 1970 e década de 1980. Depoimento de Vera Dantas ao autor em 02.04.2014.

¹⁰ A concorrência foi iniciada lançada em 01.06.1977, respaldada pela Resolução 01.1976 da CAPRE, que definia a faixa de minicomputadores de interesse nacional, e pela Resolução 05.1977 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que definia os critérios de nacionalização de um empreendimento. A opção pelos minicomputadores se deu pela avaliação de que eram tecnologias exequíveis pela comunidade técnico-científica do país através da absorção de pacotes tecnológicos ou desenvolvimento próprio.

indústria brasileira. Isso gerou um impasse político, com divergências internas entre os nacionalistas tecnológicos, onde um grupo pleiteou o veto aos equipamentos das multinacionais, defendendo as iniciativas nacionais (capitaneadas pela COBRA Computadores) e/ou o aproveitamento de projetos acadêmicos muito avançados na USP/UFGM e na UFRJ, e de outro, uma parcela mais pragmática, com aval da CAPRE, defendeu a organização de uma *joint-venture* reunindo Serpro, Digibrás e Fujitsu para produção de médios computadores no país, de maneira a ganhar tempo contra as multinacionais.

O resultado da concorrência dos minicomputadores de 1977

Com o resultado da concorrência para minicomputadores em 20.12.1977, os grandes periódicos fizeram suas matérias no dia seguinte, a partir da nota oficial do presidente da CAPRE sobre a escolha de três (SID, EDISA, Labo). Combinando dados da nota, as declarações de Élcio Costa Couto (presidente da CAPRE) sobre as justificativas da escolha, o respeito pelos critérios estabelecidos (resolução 02.1977 da CAPRE) e um breve perfil de cada empresa. Ao público não foi disponibilizado os procedimentos técnicos de avaliação, mas se destacou o consenso dos membros do Conselho Plenário¹¹ e a repercussão entre as vencedoras.

Esse grau de fechamento da decisão contribuiu, em que pese a distinções de estilos jornalísticos (a do Estado de São Paulo foi significativamente modesta, enquanto O Globo trouxe uma fotografia do Conselho Plenário da CAPRE reunido) para que os jornais trouxessem na página o contraponto, o componente de crítica ao processo decisório: as repercussões dos derrotados no processo. Embora a IBM fosse considerada a principal prejudicada, as manifestações de J. C. Melo e Henry Maksoud, engenheiros que associados, buscaram em vão a aprovação de seu projeto, acabaram se sobressaindo. O JB soube explorar graficamente essa polêmica – a fotografia do presidente Élcio Costa Couto sugeria uma postura defensiva sobre a decisão, reforçada por uma ponderação retirada de sua explanação (“Talvez sejamos criticados”). A ideia pareceu construir um casuísmo no processo decisório, ou seja, a falta de critérios objetivos que legitimasse a posição da CAPRE e dos nacionalistas tecnológicos, apesar do texto informar “a escolha em plenário” ter se dado por “amplo consenso dos seus representantes”.

¹¹ “CAPRE reserva a nacionais mercado do minicomputador”. JB 21.12.1977.

Os espaços concedidos às empresas vencedoras (SID, EDISA, Labo) foram maiores, mas sem o mesmo destaque que foi concedido para a insurgência de Henry Maksoud e J. C. Melo (“Melo preterido vai tomar providências”). Enquanto o primeiro protestava sobre “por que da discriminação?”, J. C. Melo declarava que não iria “abandonar três anos de trabalho exaustivo e pioneiro, em proveito do próprio Brasil”, avisando que reagiria contra a decisão. Enquanto Maksoud seria o grande empreendedor liberal tolhido de suas legítimas ambições, Melo tornava-se o incompreendido, já que seria o único gerador de tecnologia computacional própria no país, impedido pelo estatismo de se desenvolver.

Após o resultado da concorrência, o jornal posicionou-se oficialmente sobre a questão:

Por mais que seus porta-vozes ressaltem as excelências das propostas vencedoras – segundo o Ministro do Planejamento, não chegou a haver, sequer, uma concorrência – deve ficar preliminarmente claro que a política do Governo para o mercado de minicomputadores foi uma truculência: uma violação sumária dos mais elementares princípios que regem a atividade econômica. (...) Empresas que já fabricavam minicomputadores no Brasil estão proibidas de produzir. Empresas que venham a realizar notáveis inovações tecnológicas jamais poderão desembarcar no mercado brasileiro, porque, lamentavelmente, não se finaram a enviar à CAPRE, devidamente protocolada, a carta-consulta competente, na data aprazada. **O Governo brasileiro dividiu o precioso mercado dos computadores em fatias, seccionou o segmento mais promissor e provavelmente o mais sensível às variações tecnológicas, e distribuiu os bilhetes de entrada.**¹²

Isso não significa que havia uma unilateralidade das notícias do JB envolvendo a Informática. Quando a comunidade técnico-científica reuniu-se no VI Simpósio sobre Computação na Universidade (SECOMU) em Fortaleza (27.09 a 01.10.1976), a jornalista Silvia Helena trouxe ao grande público os manifestos destes contra a tentativa da IBM em impor seu computador /32 e colocar em risco todo o projeto de autonomia tecnológica em Informática. De igual maneira, havia espaço para os fabricantes nacionais, entre eles a COBRA Computadores, colocarem em vista seus projetos e opinarem sobre os rumos da PNI.¹³

Já o DataNews trouxe uma abordagem distinta: por ser especializado, pode se dedicar a questões aparentemente nada atraentes ao jornalismo padrão; por ser quinzenal, foi

¹² “Peso da Intervenção”. JB 24.12.1977. *Grifos nossos*.

¹³ “Técnicos em computadores pedem a proibição do /32”. JB 10.10.1976, p.32; “Cobra espera vender este ano 400 minicomputadores”. JB 05.06.1977. p.28

obrigado a adotar uma estratégia que permitiria superar esse limite através da compilação das informações para produção de matérias mais consistentes, como sínteses aos leitores. Isso contribuiu para assumir posições voltadas ao público mais identificado com o nacionalismo tecnológico.

Um exemplo pode ser visto na matéria “Política em novo impasse”, de Gilda Furiatti em 21.09.1977: ao discutir a nota emitida pela CAPRE em 13.09.1977 a respeito do recebimento de propostas para produção de minicomputadores no Brasil, a jornalista faz uma compilação da repercussão em outros periódicos, como Gazeta Mercantil e Folha de São Paulo. Ao reunir os discursos favoráveis e contrários obtidos pela grande Imprensa, buscou repercutir o fato das multinacionais terem apresentado propostas sem respeitar os critérios estabelecidos – entre eles, a presença de sócios nacionais capazes de absorver tecnologia – e um aparente recuo da CAPRE em aceitar estas propostas, divulgadas pela nota em questão. Junto a isso, um pequeno histórico dos encontros entre a CAPRE e a IBM, insatisfeita por ver seu sistema /32 barrado no mercado nacional desde 1976. Nesse aspecto, Gilda Furiatti foi capaz de recolher as opiniões espalhadas, sintetizando-as ao leitor do DataNews a fim deste perceber o “jogo político” em questão. Claramente nacionalista, o DataNews ainda se valia de fontes ligadas aos nacionalistas tecnológicos, que muitas vezes forneciam pautas à redação a respeito de intenção de vetos aos projetos da IBM e suas tentativas de burlar a atuação do órgão.

Essa posição é um tanto evidente nas matérias sobre a decisão da concorrência de minicomputadores no DataNews do dia 04.01.1978. Ainda que a decisão tenha ocorrido no dia 20.12.1977, o que a circulação quinzenal do DataNews impediu noticiar rapidamente, o periódico pode colher os benefícios do *posteriori*: além de colher informações com suas fontes privilegiadas, trouxe ao leitor o histórico do processo decisório, sua importância e seus desafios para o ano de 1978. Três páginas focavam as empresas escolhidas, detalhando suas tecnologias, os acordos firmados e as perspectivas de industrialização, enquanto apenas uma página foi dedicada às queixas dos derrotados.¹⁴

A questão dos computadores de médio porte (1978-1979)

¹⁴ “Decisão do Governo reafirma domínio da indústria nacional”; “1978: a montagem de uma indústria”; “A reação da IBM”; “A Burroughs e J.C. Melo”; “Mini no mercado em seis meses”; “Nacionalização de 40 a 60%, promessa da Labo”; “Sharp: nacionalizar é mexer dentro do produto”. DataNews, 04.01.1978.

As notícias sobre o processo no JB corroboram a oposição que mantinha sobre a Política da CAPRE. Captando a ansiedade das fabricantes nacionais de minicomputadores diante as propostas da IBM e seus médios computadores, o JB lançou um provocativo editorial em 13.07.1978. Nele, compreendia que a política protecionista deveria ser vista em termos de “transitoriedade”, criticando que as empresas nacionais beneficiadas por ela buscavam estendê-la para além do aceitável. Isso dava formas à “cartelização da economia por aqueles, que, um dia foram eficientes ou tiveram acesso aos detentores do poder que ratearam o mercado, e se acham no direito de continuar explorando-o com exclusividade para sempre”¹⁵. O jornal desafiava o burocrata a revogar o benefício, difícil por “contrariar interesses adquiridos”, o que punia o usuário por pagar preços extorsivos produzidos por uma indústria ineficiente e de tecnologia atrasada. O editorial era evidentemente casado com a matéria “Presidente da IBM acha que minis têm reserva de mercado”, apresentando os novos computadores da multinacional.

Ao longo do processo decisório, o JB não foi tão explícito nas críticas, investindo em uma cobertura que sugeria uma progressiva “indefinição” – um termo que podia abranger o problema do ponto de vista técnico (definir a fronteira entre mini e médio computador) e/ou político – que se instalava no processo decisório da CAPRE. Ela foi evidente a partir das primeiras decisões do órgão sobre a questão dos médios: em outubro de 1978, foi aprovado um computador do projeto, o de maior porte da IBM.¹⁶ Logo notícias sobre queixas da IBM com a “demora na definição sobre este projeto” no país se fizeram presentes.¹⁷ Era evidente que a dimensão da “indefinição” que o jornal explorava através da cobrança de “regras claras” e uma definição de política “homogênea” e “coerente” que proporcionasse uma “competição saudável” e até mesmo pudesse estimular uma convivência com as multinacionais, para isso extraindo falas de representantes da CAPRE.

A edição de 02.01.1979 sintetizou essa percepção – apesar de compartilhar espaço com uma matéria sobre a Labo¹⁸, empresa nacional de minicomputadores, havia um grande destaque à IBM.¹⁹ A matéria era uma defesa das iniciativas da empresa, com sua história (“Ação no Brasil data de 54 anos”), seu esforço em cooperar com o governo e os benefícios

¹⁵ “Revisão Necessária.” JB 13.07.1978.

¹⁶ “CAPRE aprova IBM para fabricar computador grande”. JB 06.10.1978.

¹⁷ “IBM ainda não recebeu da CAPRE a aprovação total para seu grande computador”. JB 14.10.1978.

¹⁸ “Fabricante de minis prevê o fim do grande computador central e lança o Labo 8034”. JB, 02.01.1979.

¹⁹ “Nacionalização crescente, meta número 1 da IBM.” JB 02.01.1979.

que ela traz ao país por sua preocupação com a formação de mão-de-obra adequada e pela divulgação da Informática através do seu Centro Educacional da IBM na floresta da Gávea (“Orgulho da empresa é seu departamento educacional”). Em síntese, a cobertura do JB sugere uma vitimização da IBM frente ao casuísmo decisório da CAPRE.

O DataNews explorou o problema da “indefinição”, mas sob outro ponto de vista. Havia uma identificação com os ideais nacionalistas defendidos pela comunidade técnico-científica, especialmente atendida nas páginas do DataNews, seja pela divulgação das recomendações dos SECOMU²⁰, seja pela apresentação de seus projetos tecnológicos – um espaço que era raramente disponibilizado pela Imprensa tradicional. DataNews viu a oportunidade de destacar estes últimos pela época do Congresso Nacional de Processamento de Dados (CNPD). Em 1977 e 1978, o jornal dedicou cadernos especiais como prova da competência tecnológica alcançada.²¹ Levando-se em conta o caráter multifacetado do CNPD, por justamente reunir diferentes agentes do campo da Informática (defensores ou não da autonomia tecnológica), não deixa de ser um claro posicionamento do DataNews aos seus leitores sobre os caminhos tecnológicos a serem adotados pelo país. Da mesma forma, não se contemplou apenas os esforços da Cobra Computadores ou das primeiras empresas de minicomputadores do país, capazes de obter espaços na grande Imprensa: pequenos e médios empresários como Scopus, Parks e J.C. Melo encontraram no DataNews um espaço de divulgação para suas iniciativas e ambições tecnológicas.²²

Por trazer maiores espaços aos nacionalistas tecnológicos, o DataNews acabou explorando suas divergências. Às vésperas da decisão da CAPRE em 23.11.1978 sobre aprovar ou não uma faixa de computador de porte médio da IBM²³, cartas-manifestos, artigos e debates públicos foram publicados representando os diferentes setores nacionalistas (empresários, comunidade técnico-científica) de maneira a influenciar a instância decisória, o Conselho Plenário da CAPRE. Quando saiu a decisão, a reportagem de 06.12.1978 foi crítica e repetiu sua abordagem tradicional – historicização do processo decisório, compilação

²⁰ Por exemplo, “Secomu: proteção à tecnologia nacional”. DataNews, 07.02.1979.

²¹ Como “Tigre – um terminal gráfico inteligente”, “O PADE da USP” - DataNews, 19.10.1977; “A UCP de médio porte do Núcleo de Computação da UFRJ”. DataNews 03.10.1978.

²² Entre os exemplos, “O TVA-800 da Scopus” (terminal de vídeo). DataNews, 19.10.1977; “Parks aperfeiçoa tecnologia desenvolvida no Sul”. DataNews, 21.03.1979; “Na fábrica de J.C. Melo, um caminho brasileiro para o minicomputador”. DataNews, 06.04.1977.

²³ Seria o substituto do computador IBM /370 modelo 138, considerado de médio porte.

de notícias da Imprensa (Gazeta Mercantil, Tribuna da Imprensa, Relatório Reservado), informações de bastidores, publicação das notas e manifestos dos insatisfeitos com a decisão – o que incluiu não só nacionalistas, mas a própria IBM (“qualquer decisão que não seja a aprovação total de nosso projeto trará um sério impacto negativo às nossas operações”).

Por contar com a proximidade das fontes e poder se dedicar mais detalhadamente à questão, evidenciou um impasse (“confronto e conciliação”), já que não foi definido como esperado uma “reserva da faixa dos médios para as indústrias brasileiras” por conta da divisão existente dentro do Plenário da CAPRE, entre os que acreditavam ou não que o projeto da IBM afetaria os minicomputadores nacionais. A matéria foi acompanhada de outra manifestação, de um dos mais qualificados defensores do nacionalismo tecnológico, o diretor-técnico da Digibrás e integrante do Conselho Plenário, Ivan da Costa Marques qualificar que a “decisão foi um recuo político”, desprotegendo a nascente indústria brasileira de Informática.²⁴

DataNews explicitaria uma crescente cisão entre os nacionalistas, por meio de artigos e mesas-redondas. Mas vale perceber que o confronto de ideias gerava a polêmica necessária para atrair os leitores às novas matérias sobre o tema. Isso levava “naturalmente”, pelas regras do campo jornalístico, o JB e o DataNews fazerem certas concessões ao “contraditório”, ou seja, à “opinião autorizada” de representantes contrários aos seus próprios posicionamentos e interesses.

No caso do JB isso foi evidente - a pressão que a CAPRE passou a sofrer foi acrescida das manifestações de outros grupos em suas páginas, incluindo seus antigos apoiadores, como a COBRA Computadores, interessada em não ver as pretensões da IBM aprovadas.²⁵ Um abaixo-assinado dos funcionários da COBRA Computadores também foi publicado no dia 22.11.1978²⁶, às vésperas da decisão da CAPRE sobre uma faixa de computadores de médio porte da IBM. Em 24.12.1978²⁷, Ivan da Costa Marques ocupou duas páginas da edição de domingo com um incisivo artigo sobre a necessidade do controle tecnológico dos computadores para o país.²⁸ No entanto, pareceu reforçar o componente de crítica do JB ao governo. Dentro do ambiente de contradições ou ambivalências próprias do período

²⁴ “Marques: foi um recuo político”. DataNews, 06.12.1978.

²⁵ “Cobra se opõe à presença de multinacionais na área de computadores médios”. JB 11.11.1978. p.17

²⁶ “Carta aberta ao Conselho Plenário da CAPRE”. JB, 22.11.1978. p.2.

²⁷ “Computadores e independência”. JB, 24.12.1978. p.2-3.

²⁸ DataNews publicou uma versão mais densa, intitulada “Computadores: um caso de sobrevivência nacional”. DataNews, 20.12.1978. p.8-10. Várias versões do artigo de Ivan da Costa Marques circularam entre 1977 e 1980.

autoritário, o periódico sinalizava não ser contra as ideias nacionalistas, mas contra a intervenção do Estado. Abrir espaços ao contraditório em suas páginas possibilitava mostrar o conflito de ideias envolvendo os especialistas da questão e sugerir ao leitor um descontrole do processo decisório, prova da fragilidade do governo.

Considerações finais

Nossa proposta foi pontuar algumas especificidades dessas fontes na análise do processo de formação do campo da Informática brasileira. A partir das decisões descritas, o que não se pode ignorar são os limites e características que a cobertura jornalística impõe e levam a repercussão das decisões, que a princípio técnicas, possuem um componente político notável. Embora haja uma tendência de se dizer que os grandes periódicos são opostos às ações governamentais no campo da Informática, como uma mostra de estatismo indesejável, na prática suas posições se regulam pelas características do jornalismo – confrontação de versões, apuro à polêmica – o que significa abrir espaço para as divergências e trazer a voz dos nacionalistas mobilizados. DataNews, por ser uma publicação especializada, pôde melhor convergir melhor para ideias nacionalistas, ainda que cedesse espaço às divergências internas e ao contraditório das empresas multinacionais.

Por fim, alguns pontos a serem explorados futuramente, como o papel da Imprensa alternativa ou periódicos em decadência – dado seu posicionamento e mesmo a luta pela sobrevivência no campo jornalístico o levam a adotar notas opinativas e matérias mais contundentes sobre os acontecimentos do campo da Informática. Nesse sentido, periódicos como Movimento (análise política crítica), Tribuna de Imprensa (denuncismo), Relatório Reservado (bastidores) entre outros podem trazer contribuições originais, a partir de suas características técnicas e posicionamentos políticos, para compreensão da constituição e do papel dos grupos atuantes no campo da Informática brasileira ao final dos anos 1970.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da Imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ADLER, Emmanuel. **The Power of Ideology: the Quest for Technological Autonomy in Argentina and Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1987.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa – Brasil (1900-2000)**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BIANCHI, Álvaro. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. In: **Revista de Sociologia Política**. UFPR, Curitiba, n.º 16, jun. 2001, p.123-142.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência**. São Paulo: UNESP, 2003.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. 2.ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CHAMPAGNE, Patrick. The “Double Dependency”: The Journalistic Field Between Politics and Markets. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (eds.). **Bourdieu and The Journalistic Field**. Cambridge: Polity Press, 2010. p.48-63.

DANTAS, Vera. **Guerrilha Tecnológica – A verdadeira História da Política Nacional de Informática**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

EVANS, Peter B. Informática, a Metamorfose da Dependência. In: **Novos Estudos CEBRAP**. N.º 15, jul. 1986. p.14-31

HECHT, Gabrielle. Technology, Politics, and National Identity in France. In: HECHT, Gabrielle; ALLEN, Michael T. **Technologies of Power - Essays in Honor of Thomas Parke Hughes and Agatha Chipley Hughes**. Cambridge: MIT, 2001. p.253-293.

HERRLEIN Jr., Ronaldo. O II PND nas interpretações de Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro: Paroxismo e esgotamento do Estado. In: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, Rio de Janeiro: EdIPUCRS/FGV, 2013. p.269-326.

MARCHETTI, Dominique. Subfields of Specialized Journalism. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (eds.). **Bourdieu and The Journalistic Field**. Cambridge: Polity Press, 2010. p.64-85.

MARQUES, Ivan da Costa. O Brasil e seus ridículos tiranos: 1979/1980 tecnologia de minicomputadores e a "História do Índio" In: **Anais II Shiale – CLEI XXXVIII – Medellín - Colômbia - 01 a 05.10.2012**.

MELIN, Margareta. **Gendered Journalism Cultures: Strategies and Tactics in the Fields of Journalism in Britain and Sweden**. Malmö: University of Göteborg, 2008.

ROMANCINI, Richard. História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2005, Rio de Janeiro. CD-ROM.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado – o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TIGRE, Paulo Bastos. **Indústria de Computadores e Dependência Tecnológica no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978. Dissertação de mestrado.

VIANNA, Marcelo. **Entre burocratas e especialistas: a formação e o controle do campo da informática no Brasil (1958-1979)**. Porto Alegre: PUCRS, 2016. Tese de doutorado.

VIANNA, Marcelo. Uma visão da tecnopolítica em Informática na sociedade brasileira – um olhar sobre a revista Dados e Ideias (1975-1979). In: **Anais do 9.º Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto: UFOP, 30.05 a 01.06.2013.